

DIA DO ÍNDIO

Texto: Edmilson de Souza Lima

Funai e Cemi, as divergências nas comemorações



Substituíram-lhes a inocência da nudez e a garridice das plumas, pelos trapos da "civilização".

Como no Brasil "tudo tem seu dia", também ao índio concedeu-se este privilégio e Getúlio Vargas, já na década de 40, instituiu, por decreto, o dia 19 de abril como o "Dia Nacional do Índio". O que não se sabe, ao certo, é o significado que tal desvelo tivera, no sentido melhorar a sorte dos povos indígenas deste país.

A data, contudo, permaneceu por longo tempo, quase totalmente recolhida à discrição dos velhos Diários Oficiais, que a publicaram, e distante do calendário de comemorações oficiais de sucessivos governos. Só mais recentemente, com o despertar da consciência nacional para o grave problema das minorias étnicas indígenas, o que resultou na mobilização de diversos setores da população como artistas, antropólogos, sociólogos, estudantes e intelectuais em geral, o governo decidiu por rimbombantes e paramentosas celebrações do Dia do Índio. Mas os impulsos festivos oficiais servem a propósitos políticos mais definidos que a simples simpatia por estes "imbecis e preguiçosos" patricios, como a eles se referiu recentemente o secretário da Justiça do Mato Grosso.

Aspira cooptar e confundir pessoas e entidades que vêm desempenhando um trabalho prático coerente e útil à causa indígena, bem como, disfarçar entre coquetéis fartos e lépidos bailados, executados por grupos de índios previamente transformados ou mostruários da "espécie", o total fracasso da Funai, no encaminhamento de uma política indígena acertada. Nascida da decrepitude do antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), a Funai já trouxe consigo os mesmos vícios e distorções ópticas a cerca da problemática dos povos nativos, que determinaram a extinção de seu antecessor.

Criada para exercer o princípio constitucional da tutela do Estado sobre o elemento indígena, a Funai, na verdade, por força dos interesses e ambiguidades do "Sistema", tem sido pouco mais que instrumento da execução de uma política predatória e anti-indígena. Não foi capaz, até aqui, sequer, de fazer frente à sanha anexionista do latifúndio e assegurar ao índio a posse efetiva de suas terras, condição indispensável de sua continuidade física e cultural.

Desde cedo, convertida em receptáculo de coronéis ociosos em suas unidades (conforme o Cimi, possui atualmente 15). O órgão tem executado uma política de autoritarismo e repressão contra o índio e de subserviência e docilidade aos patrões. Minada pela corrupção tem se prestado à ignomínia de compactuar e facilitar a usurpação do patrimônio indígena pelas mais diferentes formas: expede certidões negando oficialmente a presença desses povos em áreas secularmente por eles habitadas; firma contratos de arrendamento de suas terras a terceiros; e comercia com sua madeira e recursos minerais.

Mas não pára aí. Vai mais longe. Cala sobre a morte de líderes como Ângelo Kretã, cacique Kalngang e Ângelo Perelra Xavier, cacique dos Pankararé, mortos por pistoleiros a soldo de latifundiários, contribuindo, assim, para a impunidade de seus assassinos.

Exemplo claro de subserviência da Funai, foi a recente suspensão, pelo presidente do órgão, da demarcação das reservas indígenas, cujo prazo de conclusão, estipulado pelo próprio governo, já havia expirado em dezembro de 1978, em nome de uma obscura "consulta aos Estados", que significa, na verdade, auscultar os interesses do latifúndio em sua própria casa. Merece lembrar, a título de apontar o entrelaço de interesses e obrigações entre os órgãos oficiais e o poder econômico, que o atual presidente da Funai, sr. João Carlos Nobre da Veiga, foi chefe da divisão de segurança e informação da Docegeo, (subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce), empresa que hoje, coincidentemente, explora minérios em várias áreas indígenas.

Mas seria incorreto, mesmo injusto, imputar à Funai todos os erros contra os povos indígenas. Na verdade, ela é aspecto e momento de uma longa história de espoliação e massacre, perpetrados pelo invasor branco, desde que pos os pés na "terra firme" do Porto Seguro. De lá para cá, institucionalizou-se o desrespeito à dignidade do índio; pisoteou-se-lhe o direito à autodeterminação; impôs-se-lhe deuses estranhos à sua cultura; escravizou-se-lhe; ou simplesmente arrebatou-se-lhe a existência no aço frio das espadas e no estampido mortífero dos arcabuzes "bahdelrantes".

Hoje, a ganância redobrou, mas os patrões "poltram-se", "sofisticaram-se". Já não submetem (oficialmente) o índio pela força das armas. Fazem-no pelas legislações esdrúxulas ou pelos métodos menos jurídicos, mas, não menos eficientes, da prostituição, do fumo, da cachaca, dos alimentos envenenados, e das roupas contaminadas com o vírus do sarampo. Só um outro, os mais recalcitrantes na defesa de seus valores e tradições e cultura, são sigilosamente passados pelas armas, no silencioso ermo dos caminhos, por sua obstinação em ser livre.

A VISÃO DO CIMI

O Cimi (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desautorizou, através de nota distribuída à imprensa, a vinculação de seu nome às comemorações "que manipulem indivíduos e grupos indígenas a serviço da propaganda oficial". Referia-se às comemorações oficiais da "Semana do Índio", promovida pelo governo, e que segundo ele seria mais uma "semana da Funai", que do índio propriamente. Acusa ainda os organizadores da "feira" de promoverem um verdadeiro carnaval de índios "para deleite de uma seleta platéia de brancos".

Mais adiante ressalta a nota, que "contudo, há gestos profundamente significativos a serem lembrados e comemorados nesta "Semana do Índio": a luta concreta do índio pela reconquista de suas terras perdidas, pelo direito de reunir-se e organizar-se de forma independente, a exigência de

respeito por sua cultura tão aviltada, de respeito por sua identidade étnica e a luta pela autodeterminação, diariamente ferida pelas investidas dos seus inimigos".

Por compreender que a data não se presta a festividades, mas à reflexão e denúncias da situação de penúria e degradação, cada vez maior, a que estão sendo arrastados os povos indígenas, o Cimi se dispôs a participar apenas de comemorações não oficiais. Organizou, juntamente com outras entidades, celebrações em diversas regiões indígenas: Acre, Belém, S. Luiz, Porto Seguro e Manaus, onde foi celebrada a "Missa da Terra sem Males".

"ESTADUALIZAÇÃO"

O mais recente despautério da política indigenista oficial é, sem dúvida, o plano de "estadualização", como já foi batizado pelas entidades interessadas no assunto e que se colocam ao lado do índio na luta contra seus agressores. Este plano prevê convênios entre o governo federal e os governos de Estados, pelos quais, ficam os últimos, responsáveis pelo desempenho de determinadas tarefas da política para o setor.

Isto significa, ao arrepio da Constituição e do Estatuto do Índio, a abdicação das responsabilidades tutelares da União para com esses povos. Foi esta a fórmula mágica encontrada para se concretizar o antigo sonho de "emancipação", ensaiado pelo ex-ministro do Interior Rangel Reis.

A "emancipação" pelo menos apresentou uma vantagem, por vir sob a forma de um projeto de lei, permitiu um amplo debate nacional, que graças à mobilização das consciências, obrigou a ditadura a bater em retirada e abandonar provisoriamente seus planos. A "estadualização", ao contrário, se impõe sorrateira, nas cerimônias fechadas dos gabinetes oficiais. Sabe-se que, pelo menos o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, já são signatários de tais convênios e vários outros se encontram em fase de estudos.

Esta política oferece ainda uma face nova: entrega oficialmente o destino dos povos indígenas nas mãos dos latifundiários, reconhecendo seus piores inimigos. Pois é nos estados economicamente mais atrasados que se encontram as maiores concentrações nativas e é justamente aí, onde o capitalismo industrial não chegou, que os grandes fazendeiros se acham instalados nos governos.

Funai e Cimi comemoram diversamente o Dia do Índio. O órgão oficial realiza, a nível nacional, uma semana de festividades, onde não faltam danças, exposições de artesanato, concursos e outras amenidades, para "homenagear o índio". O Cimi, por sua vez, não compreende homenagem maior, que não seja a demarcação das reservas e organiza, com outras entidades, celebrações de denúncia das agressões contra as nações indígenas e apela à consciência nacional para que sejam salvos os últimos sobreviventes do grande massacre.